

LEI DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E CAPTAÇÃO AMBIENTAL

2ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Lei da Interceptação Telefônica e Captação ambiental

2ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Capítulo I - Noções introdutórias

1. Fundamento constitucional

1.1 Objetos da tutela constitucional

1.2 Alcance da tutela constitucional

1.2.1 Correntes doutrinárias

1.2.2 Jurisprudência do STF

2. Natureza jurídica

Capítulo II - Breves conceitos e abrangência da Lei 9.296/1996

1. Conceitos

1.1 Interceptação telefônica

1.2 Captação ambiental

1.2.1 Gravações clandestinas

1.3 Quebra do sigilo de dados telefônicos

2. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade)

Capítulo III - Comentários da Lei 9.296/1996

Seção I - Disposições gerais

Subseção I - Âmbito de incidência da Lei

1. Delimitação constitucional

2. Juiz competente

3. Investigação criminal

4. Instrução processual penal

5. Segredo de justiça

6. Crime

Subseção II - Publicação, vigência e efeitos

Seção II - Interceptação telefônica

Subseção I - Requisitos

1. Indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal

2. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis

3. Infração penal punida com pena de reclusão

Subseção II - Legitimidade

1. Fundamento constitucional

2. Decretação de ofício pelo juiz

Subseção III - Formalidades

1. Imprescindibilidade da medida

2. Formalização do pedido e prazo para a decisão do juiz

Subseção IV - Fundamentação

1. Comando constitucional

3. A questão da fundamentação per relationem

Subseção V - Operacionalização

1. Atribuição para a condução dos procedimentos de interceptação

2. Gravação e degravação

3. Remessa ao juízo

4. Crimes

Subseção VI - Incidente de inutilização de gravação

Seção III - Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos

Subseção I - Disposições preliminares

1. Fundamento constitucional

2. Evolução legislativa

3. Conceito de captação ambiental

Subseção II - Requisitos

Subseção III - Legitimidade

Subseção IV - Operacionalização

1. Conteúdo do requerimento de captação (§1º)

2.1 Operação policial disfarçada

2.2 Período noturno

2.3 Exceção da inviolabilidade domiciliar

2.3.1 Forma de interpretação acerca do conceito de casa

2.3.2 Disposições legais

2.3.3 Algumas hipóteses abrangidas pelo conceito de casa

2.3.4 Estabelecimentos abertos ao público

2.3.5 Escritório de advocacia

3. Prazo (§3º)

3.1 Definição do prazo

3.2 Requisitos cumulativos

4. Subsidiariedade (§5º)

Subseção V - Captação defensiva

Seção IV - Dos crimes

Crime I - Interceptação telefônica, informática ou telemática,

escuta ambiental e quebra de segredo da Justiça

Subseção I - Tipo básico

1. Elementos condicionantes

2. Condutas típicas

2.1 Realizar interceptação de comunicações telefônicas

2.2 Promover escuta ambiental

2.2.1 Evolução legislativa e efeitos penais

2.3 Quebrar segredo da Justiça

3. Tipo misto alternativo

4. Formas de conduta

Subseção II - Tipo equiparado

Subseção III - Disposições gerais

1. Objetividade jurídica

2. Objeto Material

3. Sujeitos da Infração Penal

4. Elemento Subjetivo

5. Consumação

6. Tentativa

7. Penas e seus reflexos

8. Ação penal

9. Competência

10. Classificação Jurídica

Crime II - Captação ambiental de sinais

eletromagnéticos, ópticos ou acústicos

Subseção I - Tipo básico

1. Elemento condicionante

2. Conduta típica

3. Ausência de crime

Subseção II - Tipo majorado

Subseção III - Disposições gerais

1. Objetividade jurídica

2. Objeto Material

3. Sujeitos da Infração Penal

4. Elemento Subjetivo

5. Consumação

6. Tentativa

7. Penas e seus reflexos

8. Ação penal

9. Competência

10. Classificação Jurídica

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.